



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

REQUERIMENTO Nº , DE 2025.

(Do Sr. Pauderney Avelino)

Requer que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil - BCB, Sr Gabriel Galípolo, para prestar esclarecimentos sobre eventual autorização/aval à compra de parte do Banco Master pelo Banco de Brasília - BRB.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil - BCB, Sr Gabriel Galípolo, para prestar esclarecimentos sobre eventual autorização/aval à compra de parte do Banco Master pelo Banco de Brasília - BRB.

J U S T I F I C A T I V A

Matéria veiculada em 23 de junho de 2025 pelo colunista de O Globo, Sr Lauro Jardim, nos informa que “está sendo esperada para esta semana a aprovação do BC para a compra do Master pelo BRB — a mais polêmica transação entre bancos da última década. Segundo o negócio anunciado em 28 de março, o BRB passará a ter 58% do capital total e 49% das ações ordinárias do banco de Daniel Vorcaro que, assim, permaneceria no controle do negócio”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sa notícia causa espécie por algumas razões. Dentre as quais, destaco:

- Trata-se de banco estadual/estatal comprando parte relevante de banco privado que há tempos vem tendo seu modelo de negócios e sua reputação postos em dúvida. Ainda, o banco estatal é menor que o banco privado objeto da oferta de compra;

- O BRB é controlado pelo Governo do DF. Além do GDF, tem também como acionista o Instituto de Previdência dos Servidores do GDF. O GDF tem 65,6% do capital total e o Iprev/DF 15%. Juntos, portanto, têm mais de 80% do BRB. Há, assim, recursos públicos no negócio e isso nos obriga a olhar com muito cuidado e de forma bastante minuciosa para os detalhes envolvidos;

- O Master tem modelo de negócios muito agressivo e polêmico. Captação cara, principalmente via CDBs junto a pessoas físicas (paga 140% do CDI enquanto que outros bancos sequer chegam a 100%), e ativos pouco líquidos e de difícil precificação (precatórios e participações em empresas com dificuldades financeiras são exemplos desses ativos);

- O BRB argumenta que quer ser *player* nacional. Isso convém para um banco estadual? Lembremos do Proer e da saída de cena dos bancos estaduais, por conta da utilização política e muitas vezes irresponsável dessas instituições;

- A estrutura da operação de compra de participação no Master é pouco usual e prevê que seu acionista controlador continuaria como tal, ou seja, o BRB sequer deteria o controle do Master, mesmo pagando algo próximo a R\$ 2 bilhões por parcela do referido banco;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

) receio é que, ao contrário do que se deseja com a transação, de se utilizar a reputação do BRB para deixar o negócio bom para as 2 instituições, que os problemas do Master se sobreponham e acabem por arrastar o BRB para uma situação de insolvência;

- Outra questão que se coloca é se houve influência política na operação. Teria a pressão política prevalecido sobre a análise técnica? Pelo que diz a imprensa, bancos privados chegaram a olhar a operação do Master e não gostaram do que viram;

- Ao que tudo indica, temos o esgotamento do modelo de negócios do Master e, provavelmente, esse fato justificaria a urgência em encontrar um comprador. O problema é que esperava-se uma solução de mercado para o Master, e não o envolvimento de recursos públicos;

- A informação que temos é que o Master e suas controladas têm dezenas de bilhões de reais em depósitos a prazos, principalmente CDBs. Não sabemos ao certo o quanto disso está coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC, mas é uma boa parte desse valor. Fala-se, inclusive, que cerca de 40% da liquidez do FGC estaria comprometida com os papéis do Master;

- Chegou-se a esse ponto por conta do oferecimento de retornos altíssimos nos CDBs do Master. Nas propagandas veiculadas pelo banco, é como se dissessem: 'não se preocupem com o que vai ocorrer com o Master, porque até R\$ 250 mil em CDBs está coberto pelo FGC'. Com isso, alimentou-se o chamado risco moral junto aos investidores, que acessavam facilmente os CDBs da instituição nas populares plataformas de investimento. Teria faltado à área de supervisão do BCB alguma ação no sentido de mitigar a tempo essa questão do risco moral?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Diante do exposto, é de se esperar que o BCB aja com a prudência e o rigor técnico necessários. O BCB tem que olhar para essa questão do risco moral por conta do uso inadequado do FGC e também para o risco sistêmico que esse tipo de operação pode acarretar, uma vez que os problemas do Master podem alcançar dezenas de bilhões de reais. Além disso, tem que ser avaliada a conveniência de vermos um banco estatal aumentar sua presença relevância no Sistema Financeiro Nacional.

Assim, diante de todo o exposto e da necessidade de garantirmos o interesse dos clientes do Master, do BRB e de toda a população brasileira, que solicito o apoio dos Nobres Pares a este requerimento.

S0ala da Comissão, 23 de junho de 2025.

Deputado Federal Pauderney Avelino
União/AM

